



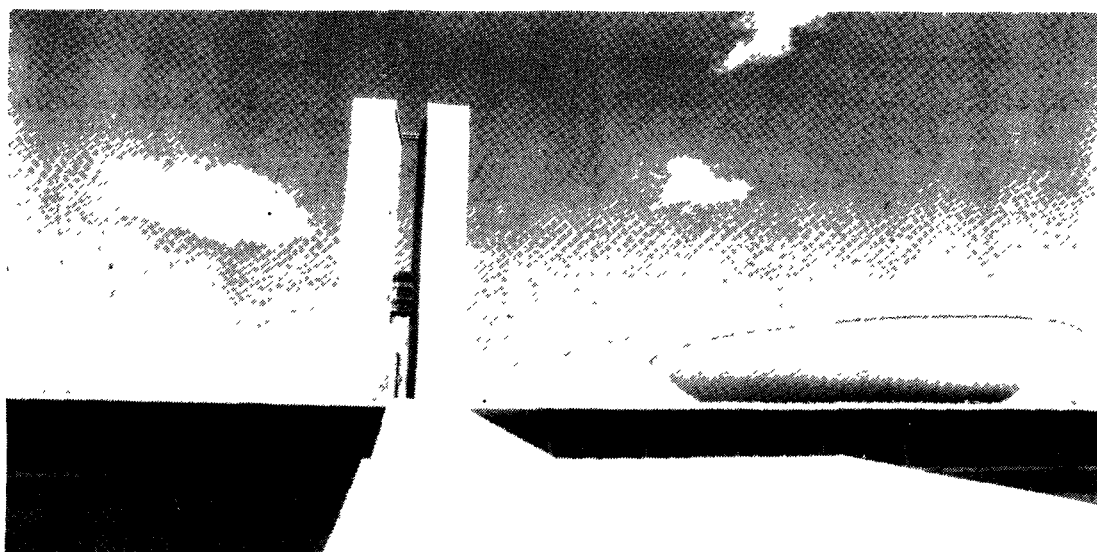
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 072

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 188.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE JUNHO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Quadro de desordem econômica que se verifica no País.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Pleito dos guindasteiros e dos motoristas de empilhadeiras do Porto de Santos — SP, no sentido da inclusão de suas profissões no regime de aposentadoria especial.

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Convenção do PDS realizada no Estado do Espírito Santo, para escolha de seu Diretório. Apelo aos dirigentes do PDS e companheiros partidários, no sentido da aceitação democrática do registro da "chapa participa-

ção" na disputa da direção nacional do Partido.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Apelo em favor da efetivação de negociações entre o Governo do Estado de São Paulo e a comissão de servidores públicos que reivindica melhores salários para a classe.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Projeto de lei de autoria de S. Ex.^a, a ser apreciado hoje pela Câmara dos Deputados, dispondo sobre a "metodologia de cálculo do INPC".

DEPUTADO RUBENS ARDENGHI — Posição de S. Ex.^a em relação ao documento de apoio ao Senhor Presidente da República, subscrito pelas bancadas do PDS na Câmara e no Senado. Caráter democrático da disputa interna no PDS objetivando a eleição da direção nacional do Partido.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Reparos à notícia divulgada na Imprensa, relativamente à posição de S. Ex.^a em relação à eleição do Diretório Nacional do PDS.

1.2. — Ofício

De presidente de comissão mista do Congresso Nacional, relativamente à prorrogação de prazo para apresentação de parecer. **Deferido.**

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo n.º 59/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.013, de 25-1-83, que dispõe sobre o imposto único sobre energia elétrica. **Aprovado**, à promulgação.

Ata da 188.^a Sessão Conjunta, em 21 de junho de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla
AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jorge Bornhausen — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
 Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Projeto de Decreto Legislativo n.º 63/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.015, de 23-2-83, que dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.477, de 26-8-76. Aprovado, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 189.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE JUNHO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expendente

DEPUTADO EDUARDO GALIL — Observações sobre a liberação de recursos federais, destinados a apoiar iniciativa do Governador do Estado do Rio de Janeiro no tocante à distribuição de lotes urbanos a pessoas desprovidas de recursos.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 60/83-CN, aprovando

o texto do Decreto-lei n.º 2.014, de 21-2-83, que dispõe sobre a tributação das variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, com cláusula de correção cambial. Aprovado. A promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 62/83-CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.016, de 3-3-83, que altera a redação dos arts. 20, 21 e 22 do Decreto-lei n.º 1.038, de 21-10-69, que estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais, e dá outras providências. Aprovado. A promulgação.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 190.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE JUNHO DE 1983

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Joacil Pereira e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Proferido pelo Sr. Artur Virgílio Neto, na sessão de 20-6-83.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Anaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burito — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Sant'Anna — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Ma-

Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curio — PDS; Vicente Guabiroba — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgiero Raulino — PDS; Milton Brandão —

PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

noel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildário de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agualdo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Aroldo de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornelas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Vel'oso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB;

Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato

Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarke Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 461 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, ninguém pode desconhecer que o País atravessa um dos piores ciclos de que temos notícia. O quadro de desordem econômica que se nos apresenta é estarrecedor e pode ter graves repercussões sociais.

Não entendemos como pode o Governo manter, como Ministro, homens que não possuem, há muito tempo, nenhuma credibilidade por parte da sociedade brasileira. Esses DELFINES, os da área econômica, só tem demonstrado incompetência e um incrível desentrosamento, talvez proposital, para poderem confundir o povo.

Temos hoje, Sr. Presidente, depois de um longo período de exceção, relativa liberdade de imprensa e, em consequência, de expressão. A imprensa nos dá conta do que está acontecendo nesta fase terrível. Não temos nada do que nos alegrar: a inflação continua indomável, o País está com uma enorme dívida externa e interna, o FMI aqui já se instalou, empresários, a partir do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, e do Senador Roberto Campos, pregam a desindexação salarial, o arrocho; o problema habitacional chega a um angustiante impasse com o anunciado reajuste de 130% nas prestações dos imóveis financiados pelo BNH. A solução encontrada pelo Governo, um paliativo, não resolve o problema da grande maioria dos brasileiros. Os parcelamentos, no final, gravam mais os mutuários. As Associações de Mutuários concluíram que o novo esquema de reajustes, ao invés de aliviar a situação, complica mais ainda, uma vez que, em alguns casos, os reajustes podem chegar a 180%.

O povo já está sofrendo demasiadamente com a carestia, com o desemprego, e aqueles poucos que conseguiram um lugar para mo-

rar, Deus sabe como, não poderão perder, de uma hora para outra, seu teto e deixar suas famílias ao relento. O Brasil continua sendo o País da impunidade. Aqueles que devem pagar pela crise, principalmente a do BNH, estão por aí com muito dinheiro no bolso a se vangloriar, zombando de milhões de sacrificados. O FGTS, dinheiro do trabalhador, é usado sempre em benefício de alguns poucos senhores desta República.

O jornalista de **O Estado de S. Paulo**, Fernando Pedreira, num magistral artigo intitulado "O País da Impunidade", de ... 22-5-83, escreve: "Basta ver o que está acontecendo ainda agora com a Delfin, a empresa do Senhor Ronald Levinsohn, que deu um rombo quilométrico no BNH, e onde foram descobertos crimes graves como a falsificação de cadernetas de poupança, compra e venda fictícia de imóveis e irregularidades diversas. Primeiro, o rombo da Delfin foi apagado das contas do BNH por meio de uma mágica imobiliária patrocinada pelo Ministro Andreazza. Em seguida, a Caixa assumiu e garantiu as contas da empresa: ..." Faz, o articulista, ainda, referência ao "caráter sigiloso" do relatório do Banco Central. "O sigilo, no caso é um escândalo maior ainda do que as gatunagens que lhe deram origem. Prepara-se desse modo o caminho para que tudo acabe resolvido entre quatro paredes, entre bons amigos".

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos sabemos que clamorosas injustiças são cometidas por nossa legislação trabalhista. Isso tem sido objeto de pronunciamentos nossos e de outros companheiros da Oposição, no sentido da crítica contundente. Devemos criticar não só a Lei, espelho de uma realidade de injustiça, mas também as desigualdades sociais e, principalmente, as condições de trabalho que são vivenciadas pela maioria dos trabalhadores brasileiros.

Chega-nos ao conhecimento o pleito de duas categorias de trabalhadores do Porto de Santos, cuja petição foi endossada por companheiros da Câmara de Vereadores local, os edis Manoel Constantino dos Santos e Reinaldo Camarosano, e pelo Sindicato dos Motoristas em Guindastes do Porto de Santos, José Carlos Galluzzi.

Trata-se da situação dos guindasteiros (motoreiros) e dos motoristas de empilhadeiras, que não constam do elenco de profissões incluídas no regime de aposentadoria especial, aos vinte e cinco anos de exercício efetivo da função e sem limite de idade. Outras categorias, como os motoristas de ônibus e de caminhões de carga, já conseguiram tal inclusão. Os operadores de guindaste do Porto, porém, ainda não tiveram o seu justo pleito atendido, apesar das provas que foram apresentadas pelo Sindicato ao Governo. Pela informação que temos, a solicitação de inclusão na aposentadoria especial ainda se encontra em estudos na Secretaria de Relações do Trabalho.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estamos falando aqui de filigranas legais, mas sim da vida de seres humanos de trabalhadores brasileiros, de homens que constroem a riqueza deste País na operação do maior porto brasileiro.

Seu labor é dos mais difíceis e perigosos. Trinta e cinco operários dependem do desempenho do motorista de uma empilhadeira, que trabalha com equipamentos submetidos a uma violenta trepidação, o que, indubitavelmente, afeta o equilíbrio físico

de seu operador, inclusive a sua coluna vertebral. Seus olhos são constantemente afetados pela poeira que se desprende dos produtos químicos que embarca; seus ouvidos são agredidos pelo alto ruído dos motores; suas condições gerais de trabalho são as mais precárias e sujeitas ao mais violento "stree".

No caso do guindasteiro, devemos perceber por igual a natureza excessivamente perigosa de sua função, onde o menor descuido pode causar sua morte e a de diversos companheiros seus. Opera ele equipamentos cuja carga de energia, da ordem de 440 volts, pode levar à morte instantânea a todos em torno de si. Calcule-se o nível de tensão que esta situação acarreta.

Tudo isso tem feito com que a perspectiva de vida dos que exercem essas funções seja extremamente baixa. Estudos elaborados pelo Sindicato mostram que, de 600 operários aposentados, 113 já faleceram e que a expectativa de sobrevivência, após a aposentadoria, é de apenas 2 a 4 anos.

Sr. Presidente, desta tribuna lançamos hoje um apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, para que atenda aos reclamos destas categorias profissionais e lhes conceda o que pleiteiam e que não é mais do que lhes é efetivamente devido.

O trabalhador brasileiro, injustiçado, subremunerado e sujeito às mais desumanas condições de trabalho deve receber do Governo um tratamento condigno, que lhe permita, ao cabo de vinte e cinco anos de estafante atividade, alguns anos de honrosa e merecida aposentadoria.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Theodorico de Assis Ferraço.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (PDS — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no último domingo, realizaram-se em todo o País as convenções para a escolha dos Diretórios do PDS nos Estados. No Espírito Santo, que teve duas chapas, houve um clima de harmonia, de diálogo e de respeito, muito próprio do processo democrático que o País vive, graças ao grande avalista de tudo isso, o Presidente Figueiredo. Em seguida foi eleito a Comissão Executiva — dentro de um acordo foi eleito o ilustre Deputado Pedro Leal — que, mercê de Deus, haverá de fazer a pacificação do PDS do Espírito Santo, para que possamos, realmente, enfrentar as crises que estamos atravessando.

No âmbito nacional não poderia ser diferente. A Chapa Participação não tem nenhum vínculo com qualquer candidato a Presidente da República; não tem nenhum vínculo com qualquer grupo econômico nacional ou estrangeiro. Ela não tem dono, precisou apenas de alguém que pegasse as assinaturas, que coordenasse o movimento. Coube isso à nossa modesta pessoa e ontem, realizou-se a convenção às 17:30 horas no Diretório do PDS. Somos um mero auxiliar dessa orquestração democrática de que fazem parte Deputados de diversos Estados e de diversas facções.

Pugnamos por uma eleição democrática, para que o partido seja vitalizado. Diversos foram os Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos municipais, homens que disputaram as eleições, homens que já têm a sensibilidade pública através da corrida às urnas. A nossa chapa não contesta ninguém; a nossa chapa é um direito da abertura, é um direito democrático. E no momento em que esta chapa é registrada com 80 Deputados Federais, dela fa-

zendo parte 75, queremos fazer um apelo aos dirigentes, aos nossos queridos companheiros que fazem parte da outra chapa, para que cassem as pressões, para que não tentem demover os Deputados Federais ou Estaduais que assinaram na nossa chapa. Retirar a assinatura não é uma atitude digna. Deixará o Deputado permanentemente na dúvida perante o povo brasileiro, se, após assinarem o documento, retiraram sua assinatura. Advirto a classe política: a única coisa que nos resta de sagrado é a nossa dignidade e a nossa honradez, que estão acima da nossa coragem cívica de disputar uma eleição. O que está acontecendo neste País, meu Deus? Disputar uma eleição partidária significa confronto? É um absurdo.

Respeitamos a coordenação do Presidente Figueiredo. Temos S. Ex.^a como o grande avalista. Protestamos contra as crises artificiais, que estão tentando levar para o coração do Parlamentar, que não deve ter medo, que não deve ter receio. Crise política não existe, o que existe é crise social, é crise de emprego, é crise dos baixos salários. Temos de dar-nos as mãos e procurar uma saída, porque a ninguém interessa a desgraça deste País.

Fique este Parlamento tranqüilo, porque não existe, nem de longe, a idéia de mudar as instituições neste País. As Forças Armadas são compostas de homens que sofrem como nós; são irmãos nossos, são brasileiros responsáveis e, mais do que ninguém, são os baluartes para garantir a Constituição e a liberdade deste País. Aqueles que espalham o terrorismo não estão atendendo ao Presidente Figueiredo, que tem a sua palavra empenhada perante a Nação. E para que haja alguma crise institucional neste País o primeiro brasileiro sobre o qual terão que passar será o Presidente Figueiredo. Estamos com S. Ex.^a, pela liberdade, pela garantia das instituições. As aves agourentas, aqueles que estão espalhando o terror, o medo, que parem e procurem ajudar o Presidente a sair da crise.

Fazemos um apelo ao povo brasileiro: vamos ficar em ordem, vamos respeitar as instituições. Podemos reivindicar direitos, mas dentro da ordem e da justiça. A Chapa Participação não tem dono. Somos um mero articulador, como outros companheiros. Que crime estamos cometendo? O crime de disputar uma eleição que há 19 anos não ocorre no PDS. Estamos querendo vitalizar o partido, colocar o seu estatuto a serviço da Pátria, da nova geração. Se não temos esse direito, é melhor irmos para casa cuidar dos nossos negócios, dos nossos filhos.

Mas aqui fica um apelo aos meus colegas, aqueles que assinaram com tinta nanquim a chapa "Participação": não retirem suas assinaturas. Quem assinou, que vá até o fim, porque está em jogo a sua própria dignidade, a de sua família e a da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem deste País. Também é por demais conhecida a situação dos trabalhadores brasileiros. Comparando os direitos de uns e de outros, vemos que os funcionários públicos não têm os direitos elementares que as demais categorias de trabalhadores possuem.

Hoje, os funcionários públicos federais deste País fazem um movimento, exigindo melhorias salariais. O Governo se recusa a recebê-los para negociar, para discutir as suas reivindicações. Mas o problema dos servidores públicos não se restringe ao âmbito federal, pois, existem movimentos de servidores públicos no âmbito dos Estados.

Tenho em mãos uma carta dos funcionários públicos do Estado de São Paulo e aproveito a oportunidade para transmitir suas reivindicações, em forma de apelo, ao Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, aos Senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso e à Liderança do PMDB nesta Casa, para que tomem iniciativas no sentido de facilitar as negociações entre o Governo do Estado de São Paulo e aqueles servidores.

A reivindicação dos servidores de São Paulo está baseada nas propostas levantadas pelo PMDB durante a campanha eleitoral. Achemos que um Governo como o de São Paulo terá que dar um tratamento aos servidores públicos do Estado qualitativamente diferente do que vem sendo dado pelo Governo Federal. E ontem iniciaram-se gestões no sentido de viabilizar as negociações com o Governo, através da iniciativa de alguns Parlamentares do PMDB e do Partido dos Trabalhadores, na Assembléia Legislativa de São Paulo e achamos oportuno que esta iniciativa mereça o apoio das lideranças do PMDB nesta Casa, para que o Governo Franco Montoro receba a comissão dos funcionários públicos em greve, discuta com ela as suas reivindicações e reconheça a sua pauta de direitos, levantada no II Congresso do Servidor Público no Estado de São Paulo. Cremos que algumas atitudes que têm sido tomadas em São Paulo são contraditórias, tendo em vista o voto popular que levou o Governador Franco Montoro ao Palácio Bandeirantes, seja pelos incidentes da Praça da Sé, seja pelo que aconteceu ontem na Universidade de São Paulo, quando a Reitoria foi cercada por efetivos da polícia militar. A nosso ver, um Governo eleito pelo voto popular, por cinco milhões de pessoas que esperam mudanças, mesmo que não tenha condições de atender ao conjunto de reivindicações dos servidores de São Paulo, tem a obrigação de discutir, de negociar, de expor, de levar, até o fim um processo de diálogo e de discussão com a direção do movimento dos servidores públicos estaduais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, leio, a seguir, para que fique registrada nos Anais do Congresso Nacional, a carta dos funcionários públicos estaduais de São Paulo ao Governo Franco Montoro e aos Líderes do PMDB na Assembléia Legislativa de São Paulo, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal:

CARTA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM GREVE

"A mensagem encaminhada pelo Governo à Assembléia Legislativa, propondo reajuste de 15% sobre os salários a partir de 1 de julho, significa que durante os meses de março a junho ficamos com apenas 62%, e de julho a dezembro com 86%; assim, teremos um índice médio de reajuste de 76% neste ano, para a maioria dos funcionários.

Esperávamos a abertura real de negociações por parte do Governo por entendermos que o aumento reivindicado (120%) só viria repor parte do que perdemos com a inflação dos últimos anos.

De acordo com documento divulgado pelo Governo justificando a mensagem, "todos os funcionários que após o reajuste de 15% vierem a perceber um salário bruto inferior a Cr\$ 70.000,00, incluindo todas as eventuais gratificações e vantagens, receberão, a título de abono, a diferença entre o seu salário e este piso correspondente a dois salários mínimos. Esta medida será adotada de forma permanente durante os quatro anos de Governo".

Esta proposta já nivela pelo menos 3 categorias funcionais (ver na tabela), de forma que nos próximos anos ha-

verá incorporação de novas categorias no mesmo piso (escriturário, professor I, etc.):

Categoria	Junho/83	Com 15%	Piso	Abono	Reaj.
Servente	46.717,00	53.724,00	70.000,00	16.276,00	142,8%
Atendente	51.704,00	59.459,00	70.000,00	10.541,00	119,3%
Motorista	54.081,00	62.193,00	70.000,00	7.807,00	109,6%
Escriturário	62.605,00	71.996,00	70.000,00	—	86,3%
Professor I	69.575,00	80.013,00	—	—	86,3%
Vis. Sanitário	80.208,00	92.241,00	—	—	86,3%
Professor III	84.571,00	97.257,00	—	—	86,3%
Médico	88.845,00	102.171,00	—	—	86,3%

Obs.: Tabela feita com base nas referências iniciais de cada categoria.

Notamos, além disso, que de uma só vez o Governo anulou toda a evolução funcional, na medida em que colegas

com até 20 anos de serviço público passarão a ganhar o mesmo que outros que começam agora:

1.º exemplo — Servente

Referência inicial 2-A

Referência 7-A

Referência 8-A

Reajuste com abono

70.000,00

70.000,00

71.996,00

2.º exemplo — Atendente

Referência inicial 2-A

Referência 5-A

Referência 6-A

Rajuste + abono

70.000,00

70.000,00

72.273,00

Além disso, nos próximos anos o abono passará a ter um peso relativo cada vez maior em relação ao salário-base, trazendo sérios problemas para a aposentadoria.

Queremos deixar claro que nós não somos contra o piso. Porém, o piso justo deveria ser de pelo menos Cr\$ 93.000,00, segundo o DIEESE. Além disso, as diferentes referências deveriam ser calculadas a partir deste piso, de forma que os funcionários mais antigos recebessem mais do que os novos.

O mesmo documento não esclarece em que bases serão concedidos os próximos reajustes semestrais, se com base no INPC, nas ORTNs, ou se de "acordo com as possibilidades do Governo": neste último caso, o Governo estaria prometendo nada mais do que o parcelamento do reajuste anual.

Segundo denúncias de funcionários da Secretaria de Planejamento, mais uma vez o Orçamento que está sendo elaborado para o próximo ano não prevê alocação de recursos para o reajuste do funcionalismo. Assim, como podemos acreditar que "outras medidas serão tomadas nos próximos anos para a valorização do funcionário público e a recuperação das perdas salariais acumuladas"?

Nós, funcionários, vemos o Governo Estadual, eleito como Governo de Oposição, assumir a mesma postura do Governo Federal, impondo o arrocho salarial ao funcionalismo, dentro das regras do FMI.

Diante desta situação, não nos restou outra opção que não fosse a greve em protesto pela intransigência do Governo, não negociando com os nossos representantes. Preferimos assumir a greve agora, mesmo com prejuízo momentâneo no atendimento da população, do que aceitarmos a aprovação desta mensagem, que levaria fatal-

mente a uma deterioração ainda maior da prestação de serviços, notadamente nas áreas de educação e saúde, devido à frustração dos funcionários.

Solicitamos coerência por parte do PMDB, principalmente do seu Presidente nacional, Sr. Ulysses Guimarães, além dos Senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso e Deputado Freitas Nobre, estendendo o apoio dado à greve dos funcionários federais à nossa, além dos municipais, forçando o seu Governo a abrir negociação com os funcionários.

Não aceitamos os argumentos de que o Governo Estadual já negociou o que podia com os funcionários, ou que as decisões foram tomadas em conjunto com lideranças do funcionalismo (Senador Fernando Henrique, FSP — 15-6), pois percebemos que as decisões já haviam sido tomadas há muito tempo, e não foram modificadas em nada, apesar de todas as tentativas de nossos representantes.

O próprio Governador reafirmou não haver mais possibilidade de qualquer negociação com os servidores (FSP — 15-6), quando seus próprios secretários afirmam que "o Governo não negocia, dialoga, já que ele não se vê como patrão nem os funcionários como empregados". Só que, a nosso ver, nem diálogo rouve: ao contrário, os funcionários foram surpreendidos com uma injustificada repressão a manifestações pacíficas, que culminaram com espancamentos de funcionários e parlamentares e depredação de aparelhagem de som, reeditando o comportamento de governos que tratam questões sociais como caso de polícia.

Acusamos o ex-funcionário público e atual Secretário de Planejamento, Sr. José Serra, que na qualidade de assessor econômico da comissão de negociação dos funcionários durante o Governo Maluf sempre criticou a postura tecnocrática e insensível do Governo, de ter

um procedimento frente às nossas justas reivindicações que em nada difere dos antigos dirigentes. Sua conduta frente aos nossos representantes no Palácio dos Bandeirantes, no dia 13-6, foi simplesmente lamentável, sem sequer ouvir, depois de sua exposição exaustiva e repetitiva, a resposta de nossos representantes.

A Bancada Estadual do PMDB solicitamos um posicionamento público e claro de rejeição à mensagem encaminhada pelo Governo, exigindo o envio de nova mensagem condizente com a dignidade prometida pelo então candidato ao Governo do Estado pelo PMDB. Sr. Franco Montoro.

Apelamos neste mesmo sentido para os Deputados dos demais partidos.

Para que faça justiça aos votos que recebeu, o atual Governo deve corrigir de fato os erros dos governos anteriores, e não aprofundá-los.

Esperamos que o funcionalismo, ao cobrar uma promessa do Sr. Governador, conte com a compreensão de toda a população diante da nossa posição, que é pela melhoria do serviço público."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. membros do Congresso Nacional, hoje, à tarde, a Câmara dos Deputados vota o projeto que torna lei a metodologia de cálculo do INPC, de minha autoria, pela bancada do Partido dos Trabalhadores, e também do Deputado José Tavares, pela bancada do PMDB.

O Deputado Djalma Bessa, dando parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, apresentou um substitutivo que combina com os objetivos que o Deputado José Tavares defende, de fazer com que a metodologia de cálculo do INPC seja sempre aprovada pelo Congresso Nacional, e que tipifica como crime de falsidade ideológica a utilização de qualquer outro método que não o aprovado pelo Congresso Nacional. Ademais, permite às duas Casas do Congresso Nacional, à Justiça do Trabalho e às entidades sindicais solicitar esclarecimentos ao IBGE a respeito de como têm sido feitos os cálculos.

Em outros países, também, normalmente, o Congresso Nacional regulamenta e aprova este método de cálculo do INPC. Tal, por exemplo, ocorre com o Congresso dos Estados Unidos, onde até mesmo os formulários dos cálculos do índice do custo de vida são aprovados.

O substitutivo apresentado pelo Deputado Djalma Bessa, do PDS, atende aos objetivos do meu projeto, tanto quanto aos do Deputado José Tavares.

Há, todavia, um outro substitutivo apresentado pelo Deputado Paulo Lustosa, que, de alguma maneira, também atende aos objetivos por nós colocados.

Todavia, o seu § 3.º permite que o Presidente do IBGE, uma vez por ano, por portaria, altere os critérios de cálculos, portanto, a própria metodologia do INPC. E é isto exatamente que desejamos evitar, para que o Congresso Nacional tenha possibilidade de participar efetivamente, impedindo que o Governo possa, arbitrariamente, realizar um expurgo no índice de preços. O Governo está, no momento, ameaçando expurgar não apenas o INPC, mas também solicitar à Fun-

dação Getúlio Vargas que não considere o aumento de preços de alguns produtos, como a gasolina e o óleo combustível, decorrente da eliminação do subsídio de petróleo; o aumento do pão e das massas, decorrente da eliminação do subsídio do trigo; e também que não considere o aumento de preço de alguns produtos agrícolas, decorrente de desastre climáticos, tais como cheias, geadas ou seca.

Então, vejamos o que aconteceria: se houvesse uma cheia no rio Ribeira ou no rio Paraíba, com a elevação de 3 metros no nível normal do rio, será que iríamos fazer um expurgo de 3% no índice de preços? Se ocorrer uma cheia de 5 metros além do nível normal do rio, será que, então, o expurgo do índice de preços será de 5 ou 6% como sugere o Deputado?

Ora, serão medidas inteiramente arbitrárias.

O Prof. Jessé Montello aparece, nesta semana, numa fotografia, na revista *Veja*, atrás de um computador, dizendo que já tem pronto o programa de expurgo dos índices de preços. Ora, não há computador que possa realizar uma decisão que não seja inteiramente arbitrária, e fico me perguntando o que acontecerá daqui a três anos. Supunhamos que as oposições, o PMDB, o PDT e o Partido dos Trabalhadores assumam o Governo Federal daqui a três anos, em 86. Então temos até pela situação, porque eles poderão dizer: como em 1983 o Governo do PDS realizou um expurgo do INPC, descontando 10, 15, 20 ou 30% da variação dos índices de preços, em 86 vamos compensar isto. Mas, por qual critério? Será também um critério arbitrário. Uma arbitrariedade hoje, portanto, poderá gerar uma arbitrariedade daqui a três anos, e é isto justamente que desejamos evitar com a aprovação do nosso projeto que acredito receberá o apoio inclusive do próprio PDS e do PTB, que se comprometeram votar a favor, por não estarem de acordo com qualquer expurgo dos índices de preços.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Ardenghi.

O SR. RUBENS ARDENGHI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nosso País, nos últimos dias, tem passado por diversas crises, entre as quais se observam crises de natureza eminentemente política. Embora até hoje ainda não tenha entendido qual a sua verdadeira profundidade, nem a sua origem e a sua razão de ser, acredito que sejam crises artificiais, para atemorizar a própria classe política, pois é preciso que esta se posicione neste instante da vida nacional.

Ainda na semana passada, recebi um documento das mãos da Liderança da minha bancada, no sentido de que déssemos novamente apoio e solidariedade ao Presidente da República.

Ora, Sr. Presidente, nunca faltou ao Presidente nosso apoio e nossa solidariedade. Apenas entendemos que tal documento era inócuo, ineficaz e desnecessário, eis que simbolizava a reafirmação de algo que já estava mais do que afirmado. Levantou-se inclusive suspeita sobre a conveniência de o Presidente coordenar o processo sucessório. Além do mais, sempre entendi — e já disse isso desta tribuna — que um partido político é formado por homens livres, em torno de um mesmo ideal. É justamente este motivo que me levou a democracia social, que me levou a ingressar nas fileiras do PDS. Nunca entendi que um partido político fosse formado por solda-

dos. Um partido político é composto de homens livres, que sabem entender e interpretar o conflito social. E é justamente este partido livre, democrático, aberto, que aspira a uma sociedade pluralista e participativa, que integrei, não um partido que recebe apenas ordens, mas um partido que discute as decisões nos mais íntimos dos seus bastidores, procurando ouvir atentamente as reivindicações do povo e com elas solidarizar-se. Este justamente é o nosso único e exclusivo compromisso.

As coisas, porém, não ficaram aí. Não imaginei até que, deixando de assinar aquele documento, este ato configurasse proporção tamanha. Ora, com esta minha atitude, pretendi fortalecer exatamente a democracia e os partidos políticos, porque a democracia nada mais é que o regime dos partidos políticos. O Governo deve ser o agente do partido, e não apenas o partido o instrumento do Governo.

Tenho recebido pressões, como se estivesse contra o Presidente de Honra do nosso partido, o eminente Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. Evidentemente, não. Pelo contrário, sou até mais solidário do que a maioria dos que assinaram aquele documento. Mas tenho um compromisso com a minha consciência, com os meus conterrâneos, com a minha gente, com o meu País. Há tarefas que são indelegáveis. E as coisas não ficaram aí. Elas se estão sucedendo. Agora o PDS quer uma disputa interna para preenchimento dos cargos mais altos de seu Diretório Nacional. Acontece que aí já entra o famoso consenso, já entram as pressões, os constrangimentos, que não levam absolutamente a nada. Pelo contrário, levam à escuridão, ao descrédito, à desconfiança, porque o verdadeiro partido político deve ter, isto sim, as portas abertas para o diálogo, para o entendimento e para a compreensão.

O eminente Líder da minha bancada, meu estimado conterrâneo Deputado Nelson Marchezan, foi o homem que deu o exemplo no meu Estado, o Rio Grande do Sul, ao sugerir ali as memoráveis prévias internas do PDS. Com isso nosso partido se revitalizou e se fortaleceu. Escolhemos aquele candidato que, no momento, era o mais conveniente para o PDS. E aí está, eleito pela maioria dos rio-grandenses, o Governador Jair Soares.

A nível federal, entendo que deva existir uma disputa interna para a sucessão presidencial. Não podemos tirar candidatos do bolso do colete, comprometidos com minorias. Precisamos ter, isto sim, candidatos que venham conversar conosco, assumir os seus compromissos com os respectivos Estados e regiões. É justamente este o nosso posicionamento; não é contra ninguém, não é contra nosso querido Presidente Figueiredo, mas, isto sim, a favor dos legítimos interesses do povo brasileiro e, mais do que isto, da democracia que todos almejamos. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta é a primeira oportunidade com que me deparo para dar uma explicação a respeito de notícias divulgadas, envolvendo o meu nome. Segundo essas notícias, eu estaria participando, ao mesmo tempo, de duas chapas para o Diretório Nacional do nosso Partido, o PDS: a chapa oficial e uma de dissidência, a chamada Chapa Participação.

Estamos diante de uma realidade neste País, que estremece. Para os fatos políticos, de modo geral, há sempre duas versões: a que parte da palavra autorizada, bem intencionada, honesta e sincera do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo e, ao mesmo tempo, uma versão diferente, daqueles assessores mais diretos que o cercam. Há uma versão presidencial, digamos, para determinados fatos políticos com relação à sucessão, com relação ao Diretório do nosso partido, à renovação de seus órgãos de deliberação partidária, e há uma versão da imprensa, que é diferente. Isso deixa o menos avisado, ou mesmo até os mais bem avisados, numa atitude de estarem-se.

É um anseio natural, meu, como de qualquer um, aspirar a um cargo de relevo no órgão máximo do partido a que pertence. Quando se ampliou o quadro e se aumentou o número dos componentes do Diretório Nacional, conversei com elementos da minha bancada, a bancada do PDS da Paraíba, sobre a possibilidade da minha ascensão de Suplente que sou no Diretório Nacional à categoria de membro efetivo. A bancada achou que isso era natural e nós pleiteamos do Presidente Sarney, que ficou de nos dar uma resposta. Pedi também ao nobre Líder do meu partido, Deputado Nelson Marchezan, que apoiasse o pleito da bancada — pois não era só meu — e ele me assegurou que diligenciaria esforços nesse sentido. Procurei o nobre Deputado Prisco Viana, Secretário-Geral do partido, indo em companhia do Coordenador da bancada para solicitar a mesma coisa. Aguardávamos uma resposta, que já vinha tardando, até que quinta-feira passada fui procurado gentilmente pelo nobre Deputado Theodorico Ferrão, que me oferecia uma vaga naquela chapa. Disse a S. Ex.^a que até poderia aceitar, desde que isso não significasse hostilidade, de qualquer maneira, por mais leve que fosse, ao Presidente José Sarney, em quem desejo votar para reconduzi-lo ao cargo de Presidente do partido; que meu gesto não significasse, também, de forma alguma, nem de leve, hostilidade ao Secretário-Geral, que também desejo ver reeleito, Deputado Prisco Viana. Foi assegurado por aquele ilustre parlamentar que não havia esse sentido, que isso era uma versão dada pela imprensa e por certos setores, interessados em confundir os Parlamentares em relação ao movimento.

Vê bem V. Ex.^a aquilo que eu disse: há sempre duas versões, uma da imprensa e de alguns setores que alimentam o noticiário da imprensa, e outra, digamos, oficial, das figuras que estão mais autorizadas a falar, como o Presidente da República e, no caso específico dessa chapa dissidente, o Deputado Theodorico Ferrão. Assinei, em consentimento, sob essa condição e dizendo que voltaria a conversar com ele numa reunião que iria realizar-se — como se realizou — na tarde daquele dia, pelas 16 horas.

Conversei, então, com o Deputado Prisco Viana, que me assegurou a candidatura para o Diretório Nacional, e estive com o Líder, que ficou de reiterar esse pleito ao Presidente José Sarney. No dia seguinte voltei ao Deputado Theodorico Ferrão e disse que em face do que tínhamos conversado e da resposta, já então recebida daquelas lideranças, eu deveria ficar na chapa oficial. S. Ex.^a sabe bem disso.

No dia da chegada do Presidente, conversei pessoalmente, no aeroporto na Base Militar, enquanto aguardava a chegada da comitiva presidencial, com o Presidente

José Sarney, que confirmou a minha entrada na chapa. Então, dei ciência ao Deputado Theodorico Ferrão, e o repeti inclusive por um telegrama — tive a cautela de, além de dizê-lo pessoalmente, repetir por um telegrama — que a minha preferência era pela chapa oficial, uma vez que fora confirmada aquela expectativa da minha entrada nessa chapa chamada oficial.

De sorte que o que há aí, pela imprensa, com relação ao meu nome deve ser esclarecido, como estou fazendo, repelindo qualquer insinuação de dubiedade, que nunca tive. Sempre fui um homem de uma atitude só, solidário com o meu partido, com as lideranças da agremiação a que pertence e, é claro, desejoso de participar cada vez mais da vida pública e da vida partidária de meu País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1.^o-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 21 de junho de 1983.

Ao

Excelentíssimo Senhor

Senador Nilo Coelho

Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 11, de 1983, que "Dispõe sobre a transformação do Congresso Nacional em Poder Constituinte, de 1.^o de janeiro de 1985 a 30 de janeiro de 1987", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra hoje.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Francisco Benjamin, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Senador **Fernando Henrique Cardoso**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativos n.ºs 60 e 62, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 2.014 e 2.016, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 54, de 1983-CN, vencidos os Senhores Senadores Hélio Gueiros e Marcelo Miranda e o Senhor Deputado Marcelo Cordeiro), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.013, de 25 de janeiro de 1983, que dispõe sobre o imposto único sobre energia elétrica.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, com o voto contrário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 60, de 1983-CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.015, de 23 de fevereiro de 1983, que dá nova redação ao art. 1.^o do Decreto-lei n.º 1.477, de 26 de agosto de 1976.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

Ata da 189.^a Sessão Conjunta, em 21 de junho de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jorge Bornhausen — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Lins de Albu-

querque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leonor Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocência Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de La-

vor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluzza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Pechanha — PMDB; Celso Pechanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornelas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de

Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genóino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Cêdo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ihsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Léllo Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 461 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Gall.

O SR. EDUARDO GALL (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, na verdade, de-

mocracia se faz com idéias divergentes — a crítica é a essência da democracia. Muitos não admitem a crítica pela crítica, mas só a crítica oposicionista construtiva como válida, moral e respeitada.

Eu até admito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que mesmo a crítica pura e simples é a essência, é a substância inequívoca do regime democrático. O que não posso entender é o que acontece no meu Estado, o Rio de Janeiro, onde defendemos e defendíamos, durante a campanha, as idéias, a administração, os acertos do Governo Federal e justificávamos os seus erros. Lá perdemos as eleições para um Governador cujas idéias, nas praças públicas, nunca foram de elogio ao Governo Federal, nem aos dezenove anos de revolução. É um direito dele. O processo democrático é exatamente esse. Uns dizem que os que estão no governo estão certos; outros afirmam que, aqueles que governam, governam mal. Nós afirmávamos que os que aí estão governam bem. O atual Governador do Estado do Rio, nesse reconhecimento de direito líquido e certo, afirmava e afirma até hoje que, os que estão aí, estão errados. E foi vitorioso, venceu as eleições.

Longe de nós um processo revanchista, ou de querer que o Governo Federal prejudique a população do Estado do Rio, negando recursos ao Governo lá estabelecido. Queremos, sim, que o Governo Federal promova no Estado do Rio o bem-estar das populações, promova o bem comum da sociedade fluminense. Mas para isso é preciso aplicar bem as verbas e os recursos do Governo Federal.

Sr. Presidente, lemos hoje nos jornais a notícia de que o Governo Federal embarcou nessa aventura de dar terra, de dar lote urbano a quem não o tem, para construir a sua casa. Como se pudessem construir casa aqueles que não têm recursos para comprar terrenos! O Governo Estadual quer comprar com o dinheiro do Governo Federal, para dizer que essa promoção social é meta prioritária do seu Governo. E o Governo Federal não enxerga que da Prefeitura de Trajano de Moraes à Prefeitura de Niterói, da Prefeitura de Volta Redonda à Prefeitura de Miracema, da Prefeitura do Carmo à Prefeitura de Saquarema, já neste mês os trinta Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro não têm como pagar em dia o funcionalismo público. E na maior parte das Prefeituras, com exceção da de Niterói, o empreguismo não foi promovido por Prefeitos do PDS.

Não acredito que o Presidente Figueiredo seja conivente com qualquer atitude no sentido de substituir amigos legais, de 19 anos, por amigos eventuais, por novos amigos. A opinião pública do Estado do Rio de Janeiro, conquistada pela demagogia, por esta coisa incrível no Brasil de 1983, não pode acreditar nesta promessa vã de colocar escadas rolantes nas favelas, como na de dar lotes urbanos para quem não tem emprego nem trabalho. O que a população fluminense quer não é esmola. O que ela quer é um Estado tirado do caos, com condições de dar emprego a muita gente, através de uma indústria que receba os incentivos indispensáveis ao seu engrandecimento; quer um Banco do Brasil menos burocrático, quer uma agricultura florescente, em que os produtores de leite recebam os financiamentos na medida de suas necessidades e de suas famílias, diuturnamente labutando em terras cansadas. O que o Estado do Rio de Janeiro pede não é esmola. E quando vejo aqui o Governo Federal negar 500 milhões de cruzeros, a título de empréstimo, pelo Banco Regional de Brasília, para não permitir

que 2.500 pessoas possam ir para a rua da amargura, em Niterói, e anunciar uma concessão de 60 milhões de cruzeros para essa abertura demagógica a que o povo fluminense não vai assistir — e não pode assistir, pelo seu passado e pela sua cultura — junto com o Governador Leonel Brizola, ainda tenho esperança de que o Governo Figueiredo dê um basta, porque se isso se consumir, eu não saberei se o meu voto interessa ao Governo Federal, ou se para o meu lugar deve vir o Sr. Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item: 1**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 56, de 1983-CN, com votos em separado, dos Senhores Deputados Luiz Antônio Fayet e José Thomaz Nonô e do Senhor Senador Fernando Henrique Cardoso), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.014, de 21 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre a tributação das variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORITN, com cláusula de correção cambial.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria fazer uma reclamação em relação aos avulsos distribuídos, mas noto que agora já chegaram estes, a que V. Ex.ª está-se

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 59, de 1983-CN, vencidos os Senhores Deputados Marcelo Cordeiro, Júlio Caruso e Fernando Santana e Senador Hélio Gueiros), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.016, de 3 de março de 1983, que altera a redação dos arts. 20, 21 e 22 do Decreto-lei n.º 1.038, de 21 de outubro de 1969, que estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos termos da Emenda Constitucional n.º 22, a Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 45 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 47, 52 e 55, de 1983-CN (8.ª Sessão), e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 48 e 50, de 1983-CN (7.ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

Ata da 190.ª Sessão Conjunta, em 21 de junho de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 18 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Pasquão Porto — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Jorge Bornhausen — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rorônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wandenley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Anaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcisio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Willson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocência Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS;

Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Aroldo de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Erneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornelas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Anibal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emilio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB;

Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Veloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Chelide — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Ga'e — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Rôdo — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iran Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Mo-

letta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Peropdi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Facconi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 461 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira, pela ordem.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que faça encerrar a presente sessão, porque, evidentemente, não há **quorum** nem sequer para o seu funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A questão de ordem levantada por V. Ex.^a é procedente e regimental. O art. 29, § 2.º, do Regimento Comum é claro e agasalha a questão suscitada por V. Ex.^a Não existe um sexto dos Srs. Senadores nem um sexto dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 2, de 1983, que altera o artigo 98 da Constituição Federal; e 4, de 1983, que dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO NA SESSÃO DE 20-6-83 E QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Seguindo o exemplo do trabalho iniciado, com uma visita feita à região do Baixo-Araguaia, um grupo de cerca de uma dezena de Deputados, que dela participou, volta, desta feita, sua atenção para o Nordeste, em viagem coordenada pelo nobre Deputado e bravo companheiro Iranildo Pereira, do PMDB do Ceará. Nesta viagem pluripartidária de oposição, os Deputados se dispõem a ir à região onde há conflitos sociais, onde o povo, na verdade, sofre os reflexos do regime autoritário; lugares onde, mais claramente do que em outros, a injustiça social se abate sobre os trabalhadores e sobre os desempregados.

A proposta desse grupo de Deputados, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, corresponde muito claramente à intenção que temos de não deixar a nossa atuação ficar restrita, limitada, e às vezes até perdida nas fronteiras deste Congresso Nacional que o regime autoritário fez tudo para esvaziar, que setores da reação brasileira fazem tudo para desmoralizar e, quando nada, conseguem manietá-lo no que poderia ser a sua grande expressão: o conduto do descontentamento nacional.

Os parlamentares — desse grupo — irão ao Ceará para colher informações e dados precisos sobre a fome no Nordeste, sobre o desemprego, sobre a desesperança e a dor dos companheiros nordestinos que lá, mais do que em qualquer outra região do País, vegetam — sequer vivem. Vão, enfim, verificar pessoalmente todo o quadro de tristeza da atual realidade nordestina que, acreditamos, não seja ainda, em sua real dimensão, do conhecimento dessa Casa, para, após nosso retorno, podermos, dessa tribuna e em pronunciamentos abalizados, denunciar toda essa situação de penúria à SUDENE, ao Ministério do Interior, denunciar mais uma vez ao inefável e sempre denunciável — ele também — Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Neto, denunciar ao Senhor Presidente da República, que não presta a necessária atenção ao Nordeste, principalmente agora, tão engolfado que anda nas pequenas intrigas palacianas e nas intrigas, menores ainda, dos limites estreitos do chamado Partido Democrático Social.

Cumpriremos o nosso dever da denúncia, o nosso dever de deixar bem claro que o compromisso popular que nos trouxe a essa Casa não se abateria sob nenhum pretexto, e que, não se encerra, mesmo após a nossa atuação aqui no Parlamento. Deputados populares que somos, iremos ao Ceará para prestigiar a liderança claramente popular do Deputado Iranildo Pereira. Liderança que o povo do Ceará reconhece, mas que

também precisa saber ser esse o conceito que dele fazemos, que é ele merecedor, de nossa parte, da mesma consideração e do mesmo respeito que lhe dedica o sofrido povo cearense, porque o seu compromisso com a luta por uma ordem social justa — que também é o nosso — é um compromisso de toda uma vida e precisa ser vivida a cada hora, a cada minuto, a cada segundo.

Iremos ao Ceará, à Capital, onde haverá um ato público programado para os Deputados populares com as lideranças locais, de trabalhadores, de estudantes e de comunidades de bairros. Iremos também ao interior.

Iremos, exatamente, onde a seca se abate há 5 anos, e onde há 5 anos o Governo Federal finge não entender que com ela vem a miséria para uns, mas que isso não implica em pobreza para outros.

A seca no Nordeste faz dos ricos mais ricos e dos pobres mais pobres, e queremos deixar aqui bem claro, que não é exatamente a seca a razão da miséria e do subdesenvolvimento do Ceará e de todo o Nordeste; como também não é, exatamente, o fato de o Governo não conseguir impedir que esse desastre meteorológico se abata sobre a região. Não precisamos evitar que

venha a seca; precisamos, isto sim, fazer o possível para prevenir, e prevenir significa atuação antes do desastre, prevenir das consequências que são sempre nocivas para o trabalhador e para o agricultor da região. Ainda assim, vamos tentar ver, *in loco*, mais uma vez, aquilo que já sabemos da teoria e que já sabemos da própria história brasileira; porque lá no local da seca, no Ceará, que pode servir de espelho de todo o Nordeste, uns empobrecem com ela e outros, com ela, enriquecem.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*

- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito mulçumano, visto pelo STF — *Negi Calixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00

CÓDIGO DE MENORES

(edição: 1982)

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores"
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nºs 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI do Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

512 Páginas

Preço: Cr\$ 1.000,00

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal –
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POS-
TAL*

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CR\$ 50,00